



OS DISCURSOS EM TORNO DA HOMOSSEXUALIDADE EM UMA ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE DE SUMÉ - PB

Maria do Carmo Almeida de Oliveira; Prof. Dr. Francisco Vítor Macedo Pereira (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba
paixaosume@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de investigar de que forma o tema da homossexualidade e o/a estudante homossexual são tratados no espaço da EEEFM Professor José Gonçalves de Queiroz, na cidade de Sumé – PB. De maneira mais específica, analisamos se há abordagens (pedagógicas ou não) acerca do tema na escola e se professores/as, alunos/as e gestoras costumam cultivar a inclusão ou a exclusão de gays e de lésbicas. Além disso, procuramos identificar discursos que evidenciem preconceito e homofobia na escola. Por meio da aplicação de um questionário contendo 23 perguntas para discentes, foi realizada uma pesquisa exploratória, de abordagem quantitativa e qualitativa, buscando identificar os objetivos propostos. Os resultados do estudo indicam que ainda não há um devido enfoque do tema da homossexualidade na escola pesquisada, o que gera falta de conhecimentos e, conseqüentemente, preconceitos por parte da maioria dos/as integrantes dessa instituição. Por conseguinte, os/as educandos/as não estão preparados para lidar com o assunto, muito menos para conviver harmoniosamente com homossexuais, já que não recebem informações sobre isso em casa nem na escola. Dentro da escola pesquisada, como em outros ambientes educacionais, dar o enfoque necessário ao tema da homossexualidade seria um modo (provavelmente o mais adequado) de deixar claro que ela não é – e não deve ser tratada como – uma doença. Entretanto, a homofobia, esta sim, pode ser classificada segundo as patologias de ordem psiquiátrica e deve ser enfrentada com a ajuda dos meios educacionais críticos e promotores de diálogo. Logo, vê-se que é decisivo o papel da escola na promoção do bom convívio entre as diversas formas de sexualidade, de modo a combater os inúmeros casos de homofobia, tão recorrentes atualmente, haja vista que é através do conhecimento que se tornará possível lutar contra todas as formas de violência, de comportamentos discriminatórios e preconceituosos.

Palavras-chave: Homossexualidade, Educação, Inclusão, Homofobia.

1 INTRODUÇÃO

A escola é um ambiente no qual entramos em contato, desde a primeira infância, com a diversidade humana. Ainda assim, o seu pressuposto maior – para além da interação e da integração das diferenças – é a formação dos sujeitos para o exercício ordenado e produtivo da vida em sociedade. O papel dessa instituição é, pois, substancialmente, o de formar – conferindo aos sujeitos conteúdos e habilidades para a atribuição dos papéis no meio social; apenas subsidiariamente ela orienta, fazendo conhecer e interagir as diferentes opiniões e atitudes acerca da realidade. Portanto, no mais das vezes, a educação segue, ainda nos dias atuais, a se basear em normas rígidas e excludentes, consonantes a paradigmas de habilitação e de qualificação, conforme critérios de eficiência e de



preparo – os quais sistematicamente excluem as manifestações que se diferenciam dos ideais socialmente valorizados e pretendidos.

Quando o assunto que toca a realidade é a homossexualidade, a escola resume, comumente, o seu tratamento ao comentário genérico e remetido à conta de questão de foro íntimo, ou, quando não, associa-o a eventual distonia de comportamento, ou ainda a fenômeno distante da normalidade – em tentativas mal disfarçadas de manutenção da ordem, timidamente conjugadas pela postura de uma tolerância compulsória. Ao lado disso, igualmente se percebe, ainda, a sobeja ignorância, o desconforto, senão a má vontade com relação ao tema, quando desbragadamente não ressumem as atitudes discriminatórias e preconceituosas.

Risivelmente, a homossexualidade é vista na escola como algo de que se escuta falar, de que se sabe que existe em algum lugar, posto que à distância bem isolada dos olhos e das atenções dos circunstantes. É como se ela, a homossexualidade, simplesmente não existisse ali na escola, no meio familiar ou em outras situações da vida social, ou ainda como se fosse algo de importância secundária ou quase inexistente. Desse modo, “ao incorporar-se a um espaço majoritariamente heterossexual, as diversas sexualidades minoritárias mencionadas promovem choques culturais e, conseqüentemente, estabelecem táticas de sobrevivência e sociabilidade” (ANDRADE, 2012, p.118, grifos da autora). Na verdade, a escola proscree a homossexualidade como se ela não dissesse nada de relevante a respeito do cotidiano de gays e de não gays.

A partir da hipótese de que a homossexualidade encontra-se absolutamente mascarada na escola, sob a camuflagem de diferentes discursos enviesados (do/a estudante, do/a professor/a, da equipe pedagógica e do/a gestor/a), é perceptível a necessidade de se analisar como os/as homossexuais são incluídos/as (ou não) no ambiente escolar. Se se pretende torná-lo/as invisíveis, é importante diagnosticar as causas e a autoria dessa condição de apagamento e de alijamento, a qual pode pertencer aos próprios/as alunos/as, à gestão ou, ainda, à classe docente. É nosso papel, juntamente com os/as educadores/as, buscar definir as causas dessa exclusão, as quais podem variar entre a falta de consciência a propósito da alteridade, chegando, até mesmo, a manifestações homofóbicas: de pequeno e de grande potencial ofensivo, de massacrantes violências simbólicas, psicológicas e físicas. Só a partir do diagnóstico dos motivos dessa exclusão, portanto, é que se torna possível traçar estratégias para a tentativa de dissuasão de preconceitos e de práticas discriminatórias e mesmo criminosas.



Diante do exposto, pretende-se, por meio deste trabalho, entender de que modo o tema da homossexualidade e o/a aluno/a homossexual são tratados no ambiente específico da EEEFM Professor José Gonçalves de Queiroz. Será que esta escola tem afirmativamente proporcionado aos/às estudantes gays e não gays o debate e o esclarecimento necessários para o exercício pleno da cidadania, em específico quanto à autodeterminação dos indivíduos no sentido do respeito e da valorização da diversidade sexual? Ou será que a escola se mantém silente diante das violências e dos preconceitos sexuais?

De forma localizada, portanto, pretendemos investigar como os/as participantes do cotidiano dessa escola lidam com a homossexualidade e com os/as homossexuais; observar em que situações (aulas, palestras, projetos) se aborda o tema da homossexualidade na escola; investigar se tais abordagens costumam incluir, acolher ou simplesmente excluir os/as homossexuais e; ainda, identificar indícios de persistência e mesmo de práticas sistemáticas de preconceito e de homofobia na escola e no cotidiano de seus trabalhos e atividades - no que reste demonstrado o seu descaso, despreparo e mesmo preconceito ante à chamada de combate aos crimes e às práticas de violência contra os/as homossexuais em nossa sociedade.

Com assento no referencial teórico escolhido (Louro, 1997; Andrade, 2012; Junqueira, 2009; Foucault, 1988; entre outros/as), entendemos que é imprescindível tocar cada vez mais no assunto da homossexualidade e promover a sua visualização e a sua compreensão; de modo a desarmar a lógica de todo e qualquer dispositivo de exclusão, de estranhamento e de promoção da discriminação, do preconceito e do ódio. Afinal de contas, a homossexualidade sempre se mostrou comumente presente nas mais diversas formas de interação social e intersubjetiva – dos mais diversos contextos sociais de todos os tempos -, em virtude de ela ser apenas mais uma das muitas formas sadias e desejáveis de se vivenciar a sexualidade, a qual é imensa e humanamente tão diversa, e não restrita meramente a funções reprodutivas.

Por fim, não falar aberta e conscienciosamente a respeito do tema da sexualidade e, em específico, da homossexualidade, significa contribuir para a exacerbação das criminosas e desumanas práticas homofóbicas (sentimentos negativos de opressão e de perseguição em relação aos homossexuais), às quais temos assistido diuturnamente em expressões ainda bastante comuns de violência e de agressividade em nossa sociedade. Louro (1997) reforça essa posição, ao afirmar que “ao não se falar a respeito deles e delas [dos/as homossexuais], talvez se pretenda ‘eliminá-los/as’, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas ‘normais’ os/as conheçam e possam desejá-los/as” (LOURO, 1997, p. 67-68, grifo da autora). Não falar, segundo a autora, garantiria, portanto, uma espécie de normalidade das



coisas; como se, assim, os/as homossexuais deixassem de existir ou não pudessem despertar desejos em sujeitos considerados dentro da norma.

2 METODOLOGIA

É sabido que os Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) já incluem a orientação sexual como ponto essencial a ser trabalhado na escola. Segundo esses parâmetros, “as manifestações da sexualidade afloram em todas as faixas etárias. Ignorar, ocultar ou reprimir são, contudo, respostas habituais dadas por profissionais da escola, baseados na ideia de que a sexualidade é assunto para ser lidado apenas pela família” (BRASIL, 1998, p. 291, grifos nossos).

A “escola de massa, recheada de corpos e de mentes diferentes, faz surgir uma diversidade de pensamentos, de ideias, de preconceitos, que são reflexo da própria sociedade” (ANDRADE, 2012, p. 222). Nesse âmbito, a sexualidade, em seus múltiplos arranjos de gênero e de formas de expressão, é algo natural e ínsito ao ser humano em todas as interações de sua vida social. Essa constatação, conflagrada também na abordagem dos Temas Transversais dos PCNs, conforme logo acima citada, denota algo que, porém, a escola normalmente ignora, reprime ou oculta em suas manifestações. Por que será?

Este trabalho corresponde a uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa e quantitativa. A pesquisa exploratória, segundo Gil (2002), pode oportunizar-nos uma maior familiaridade com o problema estudado, além de aperfeiçoar ideias e/ou confirmar/excluir intuições cogitadas. O planejamento, neste tipo de pesquisa, possibilita, inclusive, comentários bastante flexíveis, considerando os mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

O instrumento de pesquisa escolhido foi um questionário contendo 23 perguntas para alunos/as. Apenas sete das perguntas são exclusivamente objetivas (fechadas). Quatro questões são somente subjetivas (abertas). O restante do questionário (doze perguntas) apresenta questões objetivas (fechadas, principalmente, através do par sim x não) seguidas de uma justificativa (parte subjetiva). Foi aplicado a 109 estudantes da EEEFM Professor José Gonçalves de Queiroz – um quantitativo que corresponde a uma porcentagem considerável do total de participantes no ambiente escolar em estudo.

A abordagem quantitativa, neste trabalho, se fixará nos dados obtidos por meio das questões fechadas do questionário aplicado. Através das respostas, quantificaremos diversos posicionamentos em relação ao tema da pesquisa: o lugar da homossexualidade na escola.



Assim, buscamos obter o perfil dos respondentes e traçar de forma mais clara os pontos de vista, os posicionamentos e as práticas que circulam nesta esfera escolar com relação aos temas da presença homossexual na escola.

O trabalho também realizou uma abordagem qualitativa, por meio das respostas às questões abertas do questionário, no sentido de investigarmos – à luz da teoria considerada – o teor ou a possível carga de preconceitos e de incompreensões presentes nas falas do(a)s que responderam ao nosso questionário. Dessa forma, procuramos levar em consideração os aspectos mais subjetivos, as opiniões relevantes e/ou contundentes, assim como os comentários essenciais para a concretização da análise dos objetivos propostos.

Este estudo foi realizado na cidade de Sumé – PB, município localizado na microrregião do Cariri Ocidental paraibano. A cerca de 260 km da capital, João Pessoa, Sumé possui 16.060 habitantes, segundo dados do IBGE (2010). Como *locus* para a execução desta pesquisa, foi escolhida a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor José Gonçalves de Queiroz, a qual se encontra situada na Rua Professora Guiomar Coelho, 201, no centro da cidade de Sumé.

Para esta pesquisa, optou-se por esta escola em virtude de sua capacidade de reunir um grupo bastante heterogêneo de educandos/as, dos/as quais a faixa etária varia de 13 até 74 anos. Não são citadas, no PPP da escola, diferenças de gênero, de classe social, de religião nem de raça/cor, mas, através dos dados informados e do contato com o ambiente, percebe-se a grande diversidade da comunidade escolar.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Segundo Michel Foucault (1987), é no interior de instituições como a escola que se instauram técnicas de vigilância, de disciplinamento e de punição, as quais pretendem sujeitar os corpos, torná-los retos, dóceis, estáveis e aptos à reprodução dos valores e dos institutos da vida social. Essas instituições são diuturnamente conduzidas por micro poderes, os quais se sustentam e se ordinizam por meio das atitudes mais comuns dos sujeitos, de dentro para fora, elegendo ideais culturalmente estereotipados e nomeando-os como normais - com base nos valores e nas práticas segundo os quais foram formados. Esses poderes produtivos de valores, de modos e de comportamentos decorreriam, na verdade, de todas as partes, incluídos nas relações entre uns e outros sujeitos, de forma dinâmica e móvel. Os corpos seriam, então, disciplinados sem ao menos se darem conta de todos os expedientes e coerções infligidos para a sua (con)formação, e atenderiam alienadamente aos princípios de dominação sobre eles



estabelecidos e mantidos, como se fossem todas as imantações de poderes e de ingerências – de efeitos e de dispositivos para a contenção e para a adequação dos mesmos – algo considerado perfeitamente natural.

Partindo dessa percepção genealógica de Michel Foucault, Louro (1997) nos indica que “a escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e de códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o lugar dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas” (LOURO, 1997, p.58, grifo da autora).

Sendo assim, um/a estudante que se diz heterossexual se tornaria homossexual só pelo fato de que as escolas abordam a questão? Causa espanto, mas muitas pessoas ainda pensam dessa forma, e esse seria um dos motivos por procurarem não levar para o ambiente escolar aulas, projetos, trabalhos pedagógicos em que se trate da homossexualidade, da bissexualidade, da transexualidade...

Enfim, desse modo abre-se espaço para constantes atos de homofobia, os quais podem se iniciar com piadinhas e terminar até em homicídios. Para superar essa realidade, foi criado no Brasil, segundo Junqueira (2009), em 2004, o Programa Brasil sem Homofobia (BSH), “voltado a formular e a implementar políticas integradas e de caráter nacional de enfrentamento ao fenômeno” (JUNQUEIRA, 2009, p. 24). De acordo com o BSH, a democracia jamais pode se afastar do pluralismo e de políticas de equidade. Para atingir esse objetivo, faz-se necessário banir a indiferença e reconhecer a diversidade sexual, ademais da pluralidade de identidade de gênero. Só assim, seria possível garantir e promover a cidadania de todos/as.

Com essas concepções em mente, a análise dos dados obtidos para esta pesquisa iniciou-se logo após a aplicação dos questionários. Em um primeiro momento, foram quantificadas as informações identitárias dos/as respondentes, como sexo, idade, série/ano que estuda ou disciplina que leciona e religião, conforme já disposto anteriormente. Em seguida, também foram somadas respostas que indicavam aceitação ou negação a respeito de alguma questão, como, por exemplo, se fariam ou não amizade com homossexuais assumidos/as.

Em relação às questões abertas (justificativas das questões fechadas) foi necessário um olhar mais apurado, buscando captar indícios de parceria, de tolerância ou de preconceito em relação à homossexualidade. Foram selecionados trechos das respostas de alguns/algumas participantes da pesquisa, considerados significativos, na tentativa de trazer ao conhecimento geral a opinião dispensada às/aos homossexuais na escola – e, conseqüentemente, fora dela.

Em relação à orientação sexual, 94 (noventa e quatro) estudantes afirmam ser heterossexuais, 06 (seis) se declaram homossexuais e 02 (dois) assexuados. 07 (sete)



alunos/as, portanto, não responderam a essa questão, o que nos faz levantar a hipótese de que eles/elas não têm compreensão suficiente a propósito de qual seja a sua orientação sexual. Essa hipótese se consubstancia na recorrência de vezes em que a pesquisadora foi solicitada pelos/as estudantes para sanar dúvidas a respeito do que precisamente seriam os termos homossexual/heterossexual.

Percebe-se que aceitar sua orientação sexual faz emergir o fato de que aqueles/as que não se encaixam no molde pretendido pela sociedade podem, inclusive, ser banidos de uma coexistência cordial, passando a conviver com o medo e com a insegurança - provocados pela ignorância de indivíduos intolerantes. Por esse motivo:

É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. Atrevidamente, é preciso, também, problematizar as teorias que orientam nosso trabalho (incluindo, aqui, até mesmo aquelas teorias consideradas críticas). Temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui (LOURO, 1997, p. 64, grifo da autora).

No processo de construção identitária sexual, ninguém pretende estar situado na marginalidade. Todos/as gostariam de ocupar um lugar central e valorizado. Por essa razão, ainda há muitos/as jovens que não assumem a própria sexualidade, por medo do julgamento da sociedade. Eles/as se reprimem, guardando para si os seus anseios e os seus desejos, ignorando as suas vontades e aprisionando as suas verdades. Enquanto jovens em construção de identidade, sentem-se pequenos/as, vigiando os seus pequenos gestos. A sexualidade passa a ser vigiada não só por professores/as e gestores/as, mas, principalmente, pelos/as próprios/as estudantes: receosos/as do impacto que podem causar aos/às outros/as, se demonstrarem as suas vontades sexuais. De acordo com Louro (2008), “hoje, tal como antes, a sexualidade permanece como alvo privilegiado da vigilância e do controle das sociedades. Ampliam-se e diversificam-se as suas formas de regulação, multiplicam-se as instâncias e as instituições que se autorizam a ditar-lhe normas” (LOURO, 2008, p. 21).

Esse policiamento e controle em relação à sexualidade ocorre desde tempos medievos. Segundo Foucault (1988), o século XVII marcaria o início da época de repressão (própria das sociedades chamadas burguesas), quando o domínio do sexo era buscado por meio da interdição: o sexo fora banido das coisas ditas, não poderia ser pronunciado. Nos dois últimos séculos, o autor refere ter havido uma explosão discursiva em torno do sexo, porém, com regras de decência e normalidade, as quais ditariam uma política dos enunciados a respeito do sexo e um controle de suas enunciações. Esse controle ditaria [...] onde e quando não era possível falar dele [sexo]; em que situações, entre quais locutores, e em que relações



sociais; estabeleceram-se, assim, regiões, senão de silêncio absoluto, pelo menos de tato e discrição; entre pais e filhos, por exemplo, ou educadores e alunos, padrões e serviços (FOUCAULT, 1988, p. 22).

Quando questionados/as sobre um possível conceito de homossexualidade, a maior parte dos/das discentes respondentes (cinquenta) afirmou ser “o ato de sentir atração pela pessoa do mesmo sexo”, como disse um estudante de 17 anos. Outros só citaram a possibilidade de “homens sentirem atração por homens”, ou “atração pelos dois sexos”, o que revela certa limitação, incompreensão e mesmo constrangimento diante do assunto.

Outra resposta que chamou bastante a atenção foi a de um estudante de 16 anos. Ele respondeu, simplesmente, e com letras garrafais, que a homossexualidade é “GAY, TRAVESTI”. Essa primeira resposta sua, dada de forma tão enfática, já demonstrava a carga de preconceito em seu discurso acerca da homossexualidade. Definição semelhante deu outro estudante de 16 anos, do 3º ano, que se utilizou do termo “viadagem”, para responder a questão ora em comento. A utilização de termos pejorativos, como “viadagem”, faz transparecer uma espécie de desvalorização e mesmo de desprezo através do uso da linguagem. A partir do momento em que um estudante xinga, usa palavras que não agradam aos homossexuais, é como se ele se não quisesse, de forma alguma, fazer parte dessa realidade. Às vezes, tal comportamento soa até como provocação. Estudantes como esse jamais aceitariam conviver com homossexuais (conforme o que foi observado em outras respostas do questionário), e é nesse contexto que a escola deve atuar: na tentativa de francamente evitar a disseminação de atos preconceituosos, de expressões de ódio, de violência e de indiferença – os quais, iniciados na palavra, podem desembocar em agressões, muitas vezes, bem mais graves.

Sobre a possibilidade de se fazer amizade com homossexuais, a maioria respondeu afirmativamente. Para esses/essas respondentes, tanto na escola (oitenta e nove) quanto em outros lugares (oitenta e quatro), ter amigos homossexuais não significa nenhum problema; até porque, como diz uma estudante de 16 anos, eles/elas (os/as homossexuais) “são bem descolados e alegres”. Entretanto, há quem não queira de modo algum fazer amizade com homossexuais, como uma estudante de 17 anos, que disse “não, porque muitas pessoas iam me criticar”. Essa resposta remete-nos ao olhar da sociedade discriminatória e preconceituosa, conforme a disposição consuetudinária de uma espécie de moralismo atávico, contido na crença do “dize-me com quem andas que eu te direi quem és”. Tal pensamento é nítido também em outra resposta de um garoto, o qual afirmou que não seria amigo de homossexuais nem dentro nem fora da escola, pois “eles iriam me influenciar a virar homossexual”.



No que a isso se segue, questionou-se acerca do planejamento e da existência de conteúdos, de aulas e de momentos especificamente voltados para os temas da educação e da orientação sexual. Será que há situações e/ou momentos pedagógicos na escola, propriamente voltados para a educação e para a orientação sexual de jovens e adolescentes? Acerca do assunto, curiosamente, os/as estudantes ficaram divididos. Cinquenta e quatro afirmaram já ter tido aulas de orientação sexual na escola, ao passo que os/as outros/as cinquenta e cinco afirmaram nunca terem assistido a nenhuma aula desse tipo. Desses 54 (cinquenta e quatro), a maioria (vinte e oito) afirma ter participado desses momentos em aulas de ciências e/ou de biologia, e que o conteúdo principal foi relativo à prática de “sexo seguro”, com dicas de métodos contraceptivos, com demonstração do uso da camisinha, com informações a respeito da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis etc. Nenhum/a dos/das estudantes, todavia, se reportou a aulas ou a experiências educativas relativas à diversidade da sexualidade humana. Uma estudante do 1º ano, de 15 anos, enfatizou: “Só somos orientados na nossa vida sexual para nos prevenirmos, mas nunca sobre a abordagem com os temas da homossexualidade, da bissexualidade, ou coisa do tipo”.

Esse dado incontrovertidamente revela uma despreparação dos/das estudantes para o exercício mais consciente e livre de sua vida sexual em sociedade; algo que se verifica também por manifesta falta de preparo e de planejamento pedagógico da escola e do corpo docente, para lidarem com estes temas em seus aspectos mais amplos. A redução da sexualidade humana à fisiologia dos aparelhos reprodutores e à profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis é, com ênfase, de uma pobreza educacional acabrunhante e comprometedora da saúde e da formação de cidadãs e de cidadãos mais conscientes e preparados/as para o exercício de suas liberdades – em um mundo cada vez mais diverso e com acesso cada vez mais amplo à informação.

Ressaltamos que a escola, apesar de propor em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) o tratamento e o trabalho com os temas transversais, não se posiciona com relação ao tema da diversidade sexual humana nem, em específico, com relação ao respeito e ao reconhecimento da pessoa homossexual; posto que isso fosse decisivo na luta contra os diversos casos de homofobia (aversão e violência de diversos tipos contra pessoas homossexuais), tão recorrentes atualmente. Quando, na pesquisa, se questionou acerca da existência de palestras, de projetos, de ações pedagógicas ou de outros trabalhos e movimentos realizados na escola, no sentido de se combater a discriminação e o preconceito contra a homossexualidade, 79 (setenta e nove) estudantes afirmaram nunca terem participado de nenhum evento desse tipo. 07 (sete) não souberam responder a questão e apenas 23 (vinte e



três) afirmaram ter visto algum movimento do tipo, com relação à valorização ou à defesa da dignidade e dos direitos de pessoas homossexuais. Uma estudante de 15 (quinze) anos foi bem coerente ao afirmar: “Se teve, eu não presenciei, porque nunca foi devidamente divulgado”. Esse dado ratifica a urgente necessidade de se trabalhar mais o tema, de maneira afirmativa e esclarecedora. Somente assim poderão ser combatidos os preconceitos e as práticas de discriminação e de violência contra os gays e as gays – na escola e na sociedade, como um todo. Ações dessa natureza devem estar politicamente incorporadas na agenda da escola, e materializadas em seus planejamentos de ações curriculares e extracurriculares: como forma de valorizar as diferentes formas de conviver e de se relacionar, inclusive no âmbito afetivo.

Portanto, cabe também à escola promover o debate em sociedade a favor da criminalização da homofobia. Contra a conduta de todo/a aquele/a que pratique ou que incentive/incite – ou que ainda, de maneira omissa, permita – o desrespeito ou a violência de qualquer tipo contra o direito alheio de expressar e de manifestar a sua afetividade e a sua sexualidade, independentemente de qual for, deverá haver punição – proporcional à prática de crime de ódio, análogo ao racismo e à violência contra a mulher. Talvez, dessa forma, aliada à cultura educacional do respeito e do reconhecimento da alteridade e da diversidade, não precisemos mais presenciar atos de violência verbal ou física contra pessoas que nada fizeram de mal para a sociedade.

A educação pode mudar muita coisa, afinal, “uma pessoa bem informada é também capaz de aceitar as diferenças”, como declara uma estudante de 23 (vinte e três) anos. De fato, há de haver o entendimento de que a homofobia é um problema de toda a sociedade, e não apenas de gays, conforme corroboraram 67 (sessenta e sete) dos/as estudantes questionados/as. Segundo eles/as, “a sociedade é muito preconceituosa”. Além de preconceituosa, injusta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola, instituição historicamente a serviço da ordem, busca a manutenção da “naturalidade”, vigiando os comportamentos e elegendo modelos de condutas. Nesse movimento de controle, objetiva disciplinar corpos e mentes dos/as participantes de sua esfera, sobretudo da classe discente. No conjunto de comportamentos, convicções e atitudes desses indivíduos há a sexualidade, a qual se encontra mascarada pelos discursos da escola, fazendo-se crer que não existe. Mais ainda, há essa omissão quando se trata de



homossexualidade. Não há um devido enfoque ao assunto, o que gera falta de conhecimento e, conseqüentemente, pré-conceitos. Porém, é óbvio que o papel da escola é contrário, visto que essa instituição deve cultivar o respeito às diferentes formas da sexualidade, bem como desfazer atitudes intolerantes, por meio de diálogo e orientações contínuas.

Por meio da pesquisa, foi detectado o fato de que a escola ainda não dá o enfoque devido aos temas relativos à orientação sexual, tampouco a respeito de homossexualidade. Por não abordarem o tema na escola, fica evidente um despreparo por parte de professores/as, os quais imaginam que, ao abordar temas biológicos, como reprodução humana, ou prevenção a DSTs, estariam dando conta de toda uma gama de possibilidades acerca da sexualidade e sua pluralidade.

Detectamos que é essencial que se aborde mais aberta e sistematicamente o tema da homofobia e que se promovam debates a fim de se elucidar a diversidade sexual humana. Dentro da escola pesquisada, como em outros ambientes educacionais, seria um modo (provavelmente o mais adequado) de deixar claro que a homossexualidade não é – e não deve ser tratada como – uma doença. Entretanto, a homofobia, esta sim, pode ser classificada segundo as patologias de ordem psiquiátrica e deve ser enfrentada com a ajuda dos meios educacionais críticos e promotores de diálogo.

Os/as homossexuais ainda enfrentam muitos problemas, em casa, na rua, na escola. São situações que giram em torno do grande preconceito ainda cultivado, como bullying, homofobia e exclusão. A ignorância é, certamente, um elemento gerador de muitos desses conflitos. Muitas pessoas não compreendem essa característica da sexualidade humana, por não conhecerem a realidade dos indivíduos que a apresentam. Desse modo, tendem a agir com preconceito.

Logo, vê-se que é decisivo o papel da escola na promoção do bom convívio entre as diversas formas de sexualidade, de modo a combater os inúmeros casos de homofobia tão recorrente atualmente. Não há que se acostumar com as notícias amplamente divulgadas, que dão conta de agressões verbais e físicas, inclusive assassinatos. É através do conhecimento que vai se tornar possível lutar contra os comportamentos preconceituosos. A educação tem o poder de modificar realidades cruéis e promover um amplo diálogo entre a diversidade. Para isso, é necessário que se comece de algum ponto, com pequenos momentos pedagógicos, como palestras, caminhadas, envolvendo toda a comunidade escolar. Além disso, dentro do espaço das salas de aula, é possível o trabalho do tema em qualquer uma das áreas de conhecimento, bastando do professor um preparo adequado para que se obtenham bons



resultados. Dessa maneira, a escola estará cumprindo seu importante papel de formação integral dos indivíduos para a convivência em sociedade.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. 278 f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, 2012.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais/ PCN. Temas transversais: orientação sexual. Brasília. MEC/SEF. 1998.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. Vigiar e punir: nascimento da prisão. trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. Coleção Educação para todos.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56), maio/ago. 2008.

_____. (org.). O corpo educado: Pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.